

A notícia de divulgação científica: eleição e síntese do que é socialmente relevante¹

Rodrigo Bastos Cunha²

Pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp

RESUMO

Sob a perspectiva da linha francesa da Análise do Discurso, este trabalho analisa as generalidades e as singularidades em notícias de divulgação científica veiculadas na revista eletrônica *ComCiência*. A análise mostra que há no processo de divulgação científica um trabalho de formulação de um discurso novo, que parte do discurso científico – e não apenas o reformula ou recodifica – e se dirige a um outro público, mais amplo que os pares do cientista. Esse trabalho do divulgador consiste em escolhas ligadas ao estilo verbal (cf. BAKHTIN, 1997). Este estudo também mostra que além das generalidades dos discursos em geral, como seu caráter dialógico e seu caráter subjetivo (em diferentes gradações), e das generalidades da divulgação científica em particular, como o foco no público leigo, há especificidades próprias do gênero aqui abordado.

PALAVRAS-CHAVE: divulgação científica; análise de discurso; Internet

Já tratamos de algumas características do gênero notícia em trabalho anterior dedicado à comparação de textos de jornalismo científico com os respectivos textos científicos que lhes serviram de fonte, apresentado na VI Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde (CUNHA, 2003). Agora, abordaremos as generalidades e as singularidades desse gênero analisando textos com as mesmas temáticas das edições mensais da revista eletrônica *ComCiência* das quais selecionamos o *corpus* de análise de uma pesquisa mais ampla sobre os gêneros artigo, reportagem, resenha e entrevista – “Brasil Negro” (Ciências Humanas) e “Clonagem” (Ciências Biológicas) –, cuja parte inicial foi apresentada no II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Jornalismo (CUNHA, 2005). O gênero notícia, na *ComCiência*, não faz parte de suas edições mensais, já que essa seção da revista é atualizada diariamente e conta com textos sobre temas das mais diversas áreas do conhecimento, podendo coincidir ou não com o tema da edição do mês em que a notícia é publicada. Por esse motivo, a data de publicação

¹ Trabalho apresentado ao NP 09 –Comunicação científica e ambiental, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

² Linguísta, com Especialização em Jornalismo Científico e Mestrado em Comunicação Social. Colaborador da revista *ComCiência* desde 2000 e da revista *Ciência e Cultura* desde 2002. Pesquisador do Labjor/Unicamp desde 2003. Trabalhos apresentados no II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Jornalismo (Portugal), no VII Congresso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación (Argentina), na 56ª Reunião Anual da SBPC e na VI Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde.

das notícias selecionadas para análise neste trabalho não coincide com a da publicação das edições mensais mencionadas acima.

Wilson da Costa BUENO (1984, p. 60) observa que “a notícia de ciência e de tecnologia aparece nos veículos brasileiros de maneira regular, mas se constitui geralmente em matéria oriunda de agências internacionais ou traduzida de periódicos estrangeiros”. Essa afirmação, mesmo após duas décadas depois de ter sido feita, ainda é válida e pode ser comprovada, especialmente na leitura dos cadernos de ciência de jornais de grande circulação, como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Segundo BUENO (idem, ibidem), “raramente, o jornalismo nacional dedica espaço à notícia científica que relata fatos na cena brasileira”. No caso da seção de notícias da revista *ComCiência*, ocorre o contrário: há espaço para divulgação de fatos relevantes no cenário internacional de ciência e tecnologia, mas o foco principal é o cenário brasileiro.

Em trabalho recente (BARATA & CUNHA, 2004), mostramos que em um universo de quase 200 notícias produzidas em um semestre na *ComCiência*, 90% eram sobre pesquisas realizadas no Brasil ou sobre políticas nacionais nas áreas de ciência, tecnologia e meio ambiente. Não se pode deixar de observar, contudo, que outros dois veículos também merecem destaque no que diz respeito à cobertura dos fatos científicos no cenário nacional: as revistas *Ciência Hoje* e *Pesquisa Fapesp* (ambas vendidas nas bancas em meio impresso), às quais Wilson Bueno compara a jovem *ComCiência* (que só existe em meio eletrônico), em comentário publicado na seção de cartas da revista *Pesquisa Fapesp* nº 95, de janeiro de 2004. A *Ciência Hoje* traz, além das notas ou pequenas notícias baseadas em veículos internacionais como *Nature* e *Science*, da sua seção “Mundo de Ciência”, um número expressivo de textos noticiosos (uns mais longos e outros mais curtos) sobre a pesquisa no Brasil, na seção “Em dia”. Já a *Pesquisa Fapesp* dedica espaços equivalentes para notícias ou notas nacionais e internacionais, distribuídas em suas seções “Estratégias Mundo”, “Estratégias Brasil”, “Laboratório Mundo” e “Laboratório Brasil”.

Voltando à *ComCiência*, aquele mesmo trabalho (BARATA & CUNHA, 2004) aponta outra característica que diferencia a sua seção de notícias dos cadernos de ciência de jornais de grande circulação: apenas 40% das matérias daquele semestre analisado eram sobre o que se costuma chamar de Ciências Duras (Exatas ou Biológicas), assunto predominante no espaço dedicado à ciência em periódicos como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*; 33% das notícias eram sobre políticas de C&T e meio ambiente ou movimentos sociais ligados a C&T e ao meio ambiente; e

27% eram sobre Ciências Humanas, assunto não muito freqüente no campo da divulgação científica.

Uma das notícias publicadas na revista *ComCiência* que selecionamos para análise neste trabalho – “Pesquisas sobre educação podem auxiliar governo no combate à exclusão”³, escrita pela cientista social Carolina Cantarino, que designarei adiante por “Notícia 1” – trata de estudos nas áreas de Ciências Humanas com potencial para aplicação em políticas públicas educacionais no Brasil, dentro daquilo que se tem chamado de “ações afirmativas” voltadas para os negros, com o objetivo de diminuir as desigualdades em relação aos brancos. A outra notícia que será analisada aqui – “Banco inglês de células-tronco pode aumentar polêmica no Brasil”⁴, feita pela jornalista Solange Henriques, que designarei adiante por “Notícia 2” – parte de um fato internacional para tratar fundamentalmente de como a questão envolvendo células-tronco e clonagem é tratada no Brasil por pesquisadores e legisladores.

De acordo com José Marques de MELO (1983, p. 78), “a notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”. Já para Nilson LAGE (1982, p.36), a notícia é “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”. Essa definição de Lage já apresenta de forma sugestiva a idéia de “pirâmide invertida” que mencionamos em trabalho anterior (CUNHA, 2003), ao tratar de características do discurso jornalístico. Segundo Mário ERBOLATO (1985), a seqüência, na “pirâmide invertida” do texto jornalístico, é a seguinte: primeiro, apresenta o que ele chama de entrada ou fatos culminantes; depois, fatos importantes ligados à entrada; em seguida, pormenores interessantes; e por fim, detalhes dispensáveis. O conceito de “pirâmide invertida”, em jornalismo, é crucial na construção do “lide” – parágrafo inicial da notícia. LAGE (1982, p. 74) define o lide como “o relato sumário e particularmente ordenado do fato mais interessante de uma série”. Vejamos, abaixo, os lides das notícias selecionadas para análise.

(Notícia 1 - Fragmento 1)

Sofisticar a discussão sobre educação e desigualdade a partir das análises estatísticas e das pesquisas qualitativas que estão sendo produzidas nas ciências humanas. Esse é o objetivo da parceria firmada entre o Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes), da Universidade de São Paulo (USP), e o

³ Disponível na Internet em <http://www.comciencia.br/200406/noticias/3/humanas.htm>

⁴ Disponível na Internet em http://www.comciencia.br/200406/noticias/1/celula_tronco.htm

Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A parceria foi inaugurada em seminário realizado na USP no início de junho, que tinha como proposta pensar as relações raciais nos diversos níveis de ensino.

O fragmento acima ilustra o que POSSENTI (1988, pp. 25-28) chama de trabalho do sujeito enunciativo, não apenas na escolha dos termos, mas especialmente da ordem sintática em que eles aparecem, o que segundo o autor, define o estilo da repórter/redatora e produz um determinado efeito de sentido. E o efeito de sentido produzido aqui é o de que para a cientista social Carolina Cantarino, que escreveu esse texto, importa mais em sua notícia a meta que se espera alcançar com a parceria entre as instituições de pesquisa da USP e da Unicamp do que a parceria em si. Dizendo de outra forma, para usar os termos de LAGE (1982, p.36), o fato mais importante elegido por Cantarino entre a série de fatos que relata é a parceria entre as instituições de pesquisa, e o aspecto mais importante desse fato é a sofisticação do debate sobre educação e desigualdade, que a parceria deverá proporcionar. Apenas após esse destaque é que Cantarino responde a outras perguntas clássicas que estruturam o lide noticioso, como “onde” e “quando” o fato ocorreu.

(Notícia 2 - Fragmento 2)

A inauguração do primeiro banco de células-tronco embrionárias na Inglaterra, no dia 19 de maio, promete acirrar o debate sobre a pesquisa genética no Brasil. A instituição irá armazenar e fornecer material para estudos científicos dentro e fora do país. O Brasil, por exemplo, poderá obter as células para investigar a cura de doenças pela clonagem terapêutica. O problema é que a atual legislação nacional ainda não trata do tema e é motivo de discórdia entre parlamentares e cientistas.

Conforme já dissemos acima e se pode observar nesse fragmento, a jornalista Solange Henriques adota como ponto de partida de sua notícia a inauguração do banco inglês de células-tronco embrionárias – o primeiro do mundo, e portanto, um fato internacionalmente relevante – para tratar fundamentalmente do debate que existe entre cientistas e parlamentares brasileiros envolvendo a elaboração das leis que irão reger as pesquisas envolvendo células-tronco e estabelecer os limites da clonagem (de órgãos ou de seres vivos) no Brasil. Ou seja, a criação do banco inglês, que poderia ser o foco da

notícia, é apenas o que se chama de “gancho”, no jargão jornalístico. De acordo com o *Novo Manual da Redação*, do jornal FOLHA DE S. PAULO (1992, p. 145) o “gancho” dos textos jornalísticos é “alguma razão que lhes dê atualidade e interesse geral para justificar sua publicação”. Nos termos de LAGE (1982, p. 36), pode-se dizer que o fato mais importante no recorte de Solange Henriques é a inauguração do banco de células-tronco embrionárias na Inglaterra, mas o aspecto mais importante que ela se propõe a mostrar desse fato – e já anuncia no título da notícia – é o seu potencial para alimentar a polêmica existente no Brasil sobre o assunto.

O trabalho da jornalista como sujeito enunciador (cf. POSSENTI, 1988) também aparece aqui na escolha lexical: ao selecionar o termo “discórdia” entre outros disponíveis na língua (como “discordância”, por exemplo), Solange Henriques está produzindo um determinado efeito de sentido, pois segundo o Dicionário Houaiss, uma das acepções desse termo é “estado belicoso entre lados em desacordo”, ou seja, “guerra, luta”, o que dá margem para o público leitor de sua notícia ver o debate sobre clonagem no Brasil como uma batalha campal entre cientistas e parlamentares. No fragmento abaixo, a jornalista também busca esse efeito de sentido ao confrontar as falas de cada um dos lados dessa “luta”.

(Notícia 2 - Fragmento 3)

“Não acreditamos que os cientistas irão se utilizar disso [o banco inglês de células-tronco embrionárias]. Mas se acontecer, haverá, sem dúvida, uma tomada de posição de nossa parte. Talvez um projeto de lei”, garante o deputado federal Adelor Vieira (PMDB-SC), coordenador da Frente Parlamentar Evangélica ... “Acho que é uma iniciativa bárbara [a do banco inglês de células-tronco embrionárias]. Formaliza o apoio que a Inglaterra dá à pesquisa com células embrionárias, enquanto no Brasil ainda se discute se ela deve ser permitida ou não...”, afirma a bióloga Lygia Pereira, do Instituto de Biociências da USP.

A polifonia de “vozes” que falam de perspectivas ou pontos de vista diferentes (cf. KOCH, 1995, p. 58) é característica da construção do texto jornalístico, especialmente quando se trata de um assunto polêmico como clonagem, em que é preciso ouvir no mínimo duas fontes sobre o assunto: quem é contra e quem é a favor. Mas o recorte das falas de lados opostos e a sua colagem “lado a lado” na elaboração da

notícia envolvem uma determinada construção de sentidos (cf. CALDAS, 2002, pp. 135-136). E o efeito de sentido aqui produzido pela jornalista é o de mostrar as “armas” com que lutam cada um dos lados dessa “batalha”: de um lado, as palavras da cientista que enaltecem o apoio que os ingleses dão às pesquisas com células embrionárias; e de outro, a “ameaça” do parlamentar de propor um projeto de lei para evitar que cientistas brasileiros utilizem o banco de células-tronco embrionárias da Inglaterra. No fragmento abaixo, Solange Henriques constrói outro confronto, dessa vez, entre o mesmo parlamentar e um segundo cientista de outro centro de ensino e pesquisa da mesma universidade.

(Notícia 2 - Fragmento 4)

“Somos favoráveis à clonagem terapêutica (com finalidade de cura), mas deve haver um limite. O corpo tem potencial rico em células pluripotentes, de origem não embrionária. Nenhum argumento vai nos convencer de que não há risco na clonagem humana...”, alega o deputado Vieira ... “Os ingleses são os mais avançados em termos de liberdade para essas pesquisas. São menos amarrados a dogmas e preconceitos de religião”, comenta [o médico Marco Segre, professor de bioética da Faculdade de Medicina da USP].

Há aqui a referência implícita a uma situação pressuposta (cf. DUCROT, 1981, p. 23) na fala do médico da USP. Ele diz que os ingleses “são menos amarrados a dogmas e preconceitos de religião”, o que pode ser interpretado como “menos que o resto do mundo” ou “menos que os brasileiros”. Mas o que está implícito em sua fala é que aqueles que não apóiam o uso de células de embriões em pesquisas são pessoas “amarradas a dogmas e preconceitos de religião”. Mais uma vez, podemos observar, no fragmento acima, o trabalho da jornalista na construção de sentidos (cf. POSSENTI, 1988 e CALDAS, 2002), ao selecionar determinado recorte da fala do parlamentar e confrontá-lo com o recorte da fala do segundo cientista. Nesse caso, a explícita nomeação do personagem do mundo científico (cf. ZAMBONI, 1997, p. 82), com sua titulação e cargo na universidade, adquire um caráter argumentativo na notícia de Solange Henriques: o fato de ser médico de uma das mais conceituadas universidades do país, de certa forma, o “autoriza” a falar sobre as pesquisas que podem levar à cura de determinadas doenças; e o fato de ser professor de bioética também o torna uma “autoridade” para falar se é ético ou não o uso de embriões em pesquisas científicas.

A jornalista deixa a responsabilidade da vinculação de ‘preconceitos de religião’ às pessoas que combatem o uso de células-embrionárias em pesquisas para o especialista em bioética da Faculdade de Medicina da USP. Mas ela própria também faz indiretamente essa vinculação ao designar o deputado federal Adelor Vieira como coordenador da Frente Parlamentar Evangélica (ver fragmento 3) ou usar o adjetivo “religiosa” para qualificar tanto a ala da Câmara dos Deputados que “promete reagir”, caso pesquisadores brasileiros queiram usar o material inglês, quanto a facção parlamentar que “teme a clonagem humana”, conforme se pode observar nos fragmentos a seguir.

(Notícia 2 - Fragmento 5)

A ala religiosa da Câmara dos Deputados promete reagir, caso os pesquisadores brasileiros se disponham a usar o material do banco inglês.

(Notícia 2 - Fragmento 6)

Além de ser contrária à destruição de embriões, a facção parlamentar religiosa – constituída por evangélicos e católicos – teme a clonagem humana.

Vale observar que nos recortes de fala do deputado Vieira selecionados por Solange Henriques para construir sua notícia, não há referência explícita à justificativa religiosa para proibir o uso de embriões em pesquisa no Brasil. O depoimento do parlamentar que aparece no fragmento 4, por exemplo, apresenta argumentos de quem tem determinado conhecimento científico e sabe – ou pelo menos supõe saber – até que ponto é seguro trabalhar com células-tronco e clonagem: ele menciona a existência de células adultas no corpo humano que são pluripotentes (ou seja, têm potencial para se diferenciar em diferentes tipos de células), o que dispensaria as pesquisas com células embrionárias. Em seguida, nesse mesmo depoimento reproduzido no fragmento 4, o deputado se diz cético quanto a não haver riscos na clonagem humana. Aqui aparece novamente outra referência implícita a uma situação pressuposta (cf. DUCROT, 1981, p. 23): o deputado não diz explicitamente, mas a possibilidade de que células embrionárias possam ser usadas para a clonagem de seres humanos – ainda que os cientistas defendam apenas a donagem de órgãos para fins terapêuticos – é uma de suas principais preocupações, além do fato de sua facção parlamentar “ser contrária à

destruição de embriões” requerida na retirada de células-tronco, segundo informa a jornalista.

Na outra notícia, que trata das pesquisas em Ciências Humanas que podem ser usadas para diminuir as desigualdades entre brancos e negros na educação, o diálogo (cf. BAKTHIN, 1997) de “vozes” selecionadas pela cientista social Carolina Cantarino para a construção de seu texto – independentemente de serem da mesma instituição ou de instituições diferentes – não chega a ser uma polifonia (cf. KOCH, 1995, p. 58), pois se constitui de falas feitas a partir de perspectivas ou pontos de vistas muito próximos, e o fragmento abaixo contém, indiretamente, uma justificativa para esse tipo de posicionamento no debate sobre as desigualdades no ensino.

(Notícia 1 - Fragmento 7)

“Existe uma espécie de ‘conspiração do silêncio’ sobre este assunto [preconceito racial]. Para uns, é extremamente doloroso falar sobre isso, para outros, é cômodo não discuti-lo”, afirma [a antropóloga Eunice Ribeiro] Durhan [do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo] ... “Ao discutir a situação educacional dos negros no Brasil, nós estamos, fundamentalmente, interagindo num debate público”, lembra o antropólogo Omar Ribeiro Thomaz [também do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento].

Ainda que o assunto “Brasil Negro” possa ser considerado tão polêmico quanto a “Clonagem” – guardadas as devidas proporções – o recorte feito por Cantarino sugere que as expressões sobre ele seriam convergentes entre aqueles que não temem discutir a situação educacional dos negros no Brasil. Quando o tema recai sobre cotas ou reservas de vagas para negros em universidades (o qual a repórter apenas menciona de passagem em sua notícia), ocorre, a exemplo do tema clonagem, uma polarização entre os que são a favor e os que são contra. Esses últimos alegam que as cotas para negros seriam um preconceito em relação aos brancos, mas não apresentam alternativa para diminuir as desigualdades históricas entre brancos e negros na educação, e, segundo a fala da antropóloga selecionada por Cantarino na construção de sua notícia, eles sequer as discutem, por mera comodidade. Apenas para ilustrar como exemplo, apresento abaixo trecho de uma entrevista concedida pelo geneticista Francisco Mauro Salzano, da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Vera Rita da COSTA (2004, p. 8), da revista *Ciência Hoje*, no qual esse assunto é abordado:

é agora politicamente correto afirmar a existência de raças, para que membros das mesmas possam usufruir certas vantagens, como cotas de ingresso nas universidades. Esse racismo às avessas é claramente equivocado e fere o direito à igualdade de oportunidades, assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pelas Nações Unidas em 1948.

Percebe-se claramente, nessa citação, que o geneticista simplesmente ignora a herança histórica que os afrodescendentes carregam até hoje do período colonial. Após esse longo parêntesis, que penso iluminar um pouco a análise do texto de Cantarino e das falas por ela recortadas – ou pelo menos deixa claro ao leitor deste trabalho a minha “posição particular na rede tensa das tendências políticas” (cf. SANTAELLA, 1996, p. 331) – voltemos à notícia. O fragmento abaixo mostra que as falas selecionadas pela repórter dialogam não apenas entre si, de acordo com a construção de sentidos que ela faz, mas dialogam fundamentalmente com o próprio texto da notícia ao qual elas são incorporadas.

(Notícia 1 - Fragmento 8)

O preconceito racial é uma das questões em que é possível sublinhar a complexidade da relação entre desempenho escolar e desigualdade. O despreparo dos professores para lidarem com essa questão e a dificuldade das crianças em verbalizar as experiências de preconceito sofridas, muitas vezes, se constitui num impedimento para que esta questão seja discutida em sala de aula. E essa dificuldade tende a ser reproduzida na universidade.

Como se pode observar nesse fragmento, a apresentação de um problema social do país – uma das funções esperadas do discurso jornalístico, seja ele uma reportagem mais extensa ou uma notícia curta e mais pontual – é feita, no caso do texto de Cantarino, de forma argumentativa. A repórter afirma que a “complexidade da relação entre desempenho escolar e desigualdade” pode ser destacada na questão do preconceito, que segundo ela, é dificilmente discutida em sala de aula. Cantarino busca reforço para o seu argumento – como se pode ver no fragmento 7 acima – na fala de especialistas que gozam de prestígio, por estarem socialmente na condição de quem

profere um “discurso autorizado” (cf. ZAMBONI, 1997 e MAINGUENEAU, 1987). O problema do preconceito no Brasil – sobre o qual há uma “conspiração do silêncio”, segundo a antropóloga da USP – aparece na notícia de Cantarino, no entanto, apenas após um intertítulo que vem depois do quinto parágrafo. O foco inicial da notícia é a possibilidade de dados estatísticos e pesquisas qualitativas em Ciências Humanas se transformarem em políticas públicas na área de educação. No fragmento abaixo, novamente se vê um diálogo construído pela repórter a partir de falas feitas por pessoas que tratam essas questões de perspectivas ou pontos de vista muito próximos, mesmo sendo as fontes não apenas de universidades mas também de áreas diferentes.

(Notícia 1 - Fragmento 9)

“Essas medições na educação são iniciativas recentes. Muitos educadores resistem a estas avaliações, que são fundamentais para guiar as transformações na educação necessárias para se alcançar uma maior igualdade”, disse José Francisco Soares, do Departamento de Estatística da Universidade Federal de Minas Gerais ... Para a antropóloga Eunice Ribeiro Durhan [da USP] ... “é preciso sofisticar a discussão, principalmente sobre a natureza da desigualdade que faz com que os negros tenham um mau desempenho na escola”.

Mais uma vez, a exemplo do que apontamos acima em relação aos fragmentos 7 e 8, a fala do pesquisador da UFMG, além de compor um diálogo com a fala da antropóloga da USP – construído pela autora do texto –, dialoga, principalmente, com um trecho informativo da notícia de Cantarino acerca de dados oficiais da educação levantados pelo governo federal. Nesse caso, porém, o que ocorre não é uma argumentação (um conjunto de idéias que levam a uma determinada conclusão), como a mostrada acima no caso do preconceito. Aqui, a repórter apresenta uma informação seguida do comentário e da opinião de um especialista acerca dessa informação – o que é típico na prática jornalística e pode servir como um exemplo ilustrativo de uma das diferenças fundamentais entre gêneros informativos como a notícia e a reportagem e gêneros opinativos como a resenha e o artigo. O trecho informativo do texto de Cantarino que mencionamos é reproduzido no fragmento abaixo.

(Notícia 1 - Fragmento 10)

Desde os anos 90, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, vem produzindo séries históricas de dados,

a partir de indicadores de avaliação tais como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o extinto Exame Nacional de Cursos de Graduação – denominado “provão” – que está sendo reformulado.

Além do pesquisador do Departamento de Estatística da UFMG, outra cientista (escolhida dentre inúmeras outras fontes possíveis, de acordo com a construção de sentidos pretendida pela repórter) entra nesse diálogo de fontes da notícia elaborado por Cantarino – entre elas e com o trecho informativo que aparece no fragmento acima.

(Notícia 1 - Fragmento 11)

“Há uma demora da universidade em entender o valor potencial destes indicadores para a formulação de políticas públicas”, afirmou Rachel Meneguello, [coordenadora do Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp] ... A partir de um convênio com o Inep, estes índices de avaliação foram organizados e analisados pelo Cesop, dentre eles o *Questionário socioeconômico e cultural*, que integra o Enem. Para Meneguello, o questionário possibilitaria ... guiar a elaboração dos projetos pedagógicos por parte do governo, combatendo-se, assim, problemas tais como o abandono escolar.

Na fala da pesquisadora da Unicamp também há um dado implícito como os que apontamos nos fragmentos 4 e 6: como ela própria é uma representante do meio universitário, o que Meneguello diz é uma espécie de *mea culpa* – não explicitado – pela demora do meio acadêmico em perceber que os indicadores oficiais poderiam gerar estudos relevantes em Ciências Humanas, que por sua vez serviriam de apoio para a formulação de políticas públicas na área de educação. Na sequência do fragmento 11, a repórter redime, de certa forma, a culpa implicitamente assumida por Meneguello, ao relatar a parceria já existente entre governo e universidade para análise de dados que podem gerar políticas educacionais.

Conclusão

Começamos a análise neste trabalho por características particulares do gênero notícia e por características genéricas a todo gênero do discurso. O nosso ponto de

partida foram os lides, que são elementos típicos da estrutura composicional do gênero notícia, sendo dispensáveis em textos informativos mais longos como as reportagens. Em ambas as notícias aqui analisadas, os lides revelam o trabalho do sujeito repórter/redator na construção de sentidos: no texto sobre Ciências Humanas (Brasil Negro), o trabalho se revela na estrutura sintática escolhida pela autora, que tem um determinado efeito de sentido diferente do que teria se a estrutura fosse outra; e no texto sobre Ciências Biológicas (Clonagem), já aparece no lide o efeito de sentido que a repórter/redatora irá buscar no decorrer de sua notícia, através da escolha lexical. Esses exemplos, por si sós, já seriam suficientes para apontar o caráter subjetivo que há em todo e qualquer discurso.

Em seguida, ao tratarmos dos diálogos construídos pelas repórteres em ambas as notícias, destacamos uma diferença crucial entre os gêneros informativos, como a notícia e a reportagem, e os gêneros opinativos, como o artigo e a resenha. MELO (1983, p. 148) observa uma proximidade entre os gêneros artigo e resenha, que têm autoria definida e explicitada e nos quais se espera que o autor emita opinião sobre o que está escrevendo. LAGE (1982, pp. 35 e 83), por sua vez, estabelece uma relação entre os gêneros notícia e reportagem, dizendo poder este último ser complementar ao primeiro. O que importa aqui é que, no caso da notícia sobre “Clonagem”, apesar da repórter já sugerir em seu texto uma vinculação entre religião e o combate ao uso de células embrionárias, através de adjetivações, a emissão de opinião sobre o assunto onde essa vinculação é feita explicitamente só aparece na fala de uma de suas fontes. E no caso da notícia sobre “Brasil Negro”, apontamos que as falas selecionadas pela repórter dialogam não apenas entre si, mas principalmente com o próprio texto ao qual elas são incorporadas e ao qual elas dão coesão, o que reforça o caráter dialógico (cf. BAKHTIN, 1997) de todo e qualquer gênero do discurso.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão Pereira. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARATA, G. & CUNHA, R. “Diagnosis of the science news of a Brazilian online magazine – ComCiência”. Em **anais da 8th International Conference of Public Communication of Science and Technology**. Barcelona (Espanha): Universitat Pompeu Fabra, junho de 2004.

BUENO, W. da C. **Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. São Paulo: USP/ECA, 1984 (tese de doutorado).

CALDAS, G. “Leitura crítica da mídia: educação para a cidadania”. Em revista **Comunicarte**, v. 19, nº 25, 2002.

COSTA, V. R. da. “O avanço da anticiência”. Em revista **Ciência Hoje**, vol. 35, nº 209. Rio de Janeiro: SBPC, outubro de 2004. (pp. 6-8)

CUNHA, Rodrigo Bastos. “Do científico ao jornalístico: análise comparativa de discursos”. Em **Anais da VI Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde (ComSaúde2003)**. São Bernardo do Campo (SP): UMESP, 2003. (CD-Rom)

CUNHA, Rodrigo Bastos. “O artigo de divulgação científica: com a palavra a autoridade”. Em **Anais do II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Jornalismo**. Porto : Universidade Fernando Pessoa, 2005.

DUCROT, O. **Provar e Dizer – linguagem e lógica**. São Paulo: Global, 1981.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo Manual da Redação**, 8ª ed. São Paulo, 1992.

KOCH, Ingedore Villaça. “Linguagem e Argumentação”. In **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1995.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MELO, J. M. **Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. São Paulo: ECA/USP, 1983 (tese de livre docência).

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas (SP): Pontes, 1987.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

SANTAELLA, L. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.

ZAMBONI, L. M. S. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. Campinas, IEL/Unicamp, 1997 (tese de doutorado).